

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL MEXICANO
(1821 – 1910)**

**Maria de Fátima Andrade
Renata Felipe Monteiro**

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade analisar o processo de construção do Estado Nacional Mexicano buscando problematizá-lo ao enfatizarmos as dificuldades pelas quais o México passou para consolidar seu Estado – Nação. Dificuldades estas postas pelos diversos fatores de crises internas e externas, tais como a exclusão da grande maioria da população do processo político e social, e as várias tentativas de invasão estrangeira que ameaçavam a própria existência do México enquanto país independente.

Palavras-chave: Estado-Nacional Mexicano – elites dirigentes – agitações políticas e sociais.

INTRODUÇÃO

A separação política ocorrida entre as colônias latino-americanas e suas metrópoles européias, efetivada no início do século XIX, trouxe para estes novos países tarefas enormes que precisavam ser postas em andamento para a manutenção de suas posições enquanto Estados independentes. Uma vez institucionalizada a independência, as elites que comandaram esse processo de separação, precisavam estabelecer os critérios necessários para a formação dos Estados, a organização em nações de toda uma coletividade de pessoas que lutaram pela independência, e fazer as economias desses novos países crescerem e fortalecerem-se. ¹

Neste período, observam-se vários países buscando, através de suas elites dirigentes, “acertarem os passos” que levassem á formação de um Estado Nacional forte e consolidado. Dentro desta perspectiva, pretendemos, neste artigo, analisar a formação do Estado Nacional Mexicano, buscando problematizá-la ao colocarmos as dificuldades que este país enfrentou para a constituição de seu Estado-Nação. Para isso, delimitamos

nossa análise dentro de uma temporalidade que vai do período pós-independência mexicana (1821) até 1910, data em que teve início a agitação político-social, denominada Revolução Mexicana, que culminou com a derrubada da ditadura de Porfírio Díaz, colocando novos elementos no cenário político e social do México.

Antes, porém, faz-se necessário uma observação: a formação do Estado Nacional Mexicano, assim como dos demais países da América Latina, não possuem uma correspondência com os parâmetros de construção do Estado Nacional Europeu, que aprendemos a enumerar no decorrer de nossa vida escolar e até mesmo acadêmica. Com isso, queremos descartar a possibilidade de comparações imediatas ou tentativas de análise do processo de formação do Estado Mexicano que leve em consideração as referências dos Estados europeus. Isso porque, o fato das nações latino-americanas terem, em sua origem, um passado colonial, fornece-lhes elementos para que, à época de suas independências e no decorrer da construção de seus Estados, a bandeira de luta hasteada tenha sido aquela de fortes aspirações por liberdade política e econômica. É preciso, portanto, acentuar essa característica principalmente para as elites que estiveram à frente do processo de independência e posterior consolidação dos Estados Latino-Americanos. Não descartando, a participação da população nesses processos político-econômicos. Queremos apenas enfatizar, o que durante este artigo será debatido, no caso particular do México, a hegemonia política e econômica das elites durante o período em questão, seja as que estavam no poder, seja as que lutavam pelo mesmo. Portanto, para o caso da América Latina, temos parâmetros próprios, específicos de formação dos Estados Nacionais, que leva em consideração as especificidades da origem latino-americana, estritamente relacionadas com seu passado colonial.²

MÉXICO PÓS-INDEPENDÊNCIA (1821-1876)

Analisaremos, em um primeiro período, que vai da proclamação oficial da independência (1821), até o início do governo de Porfírio Díaz (1876), a conjuntura política, social e econômica do México, objetivando, a partir dessa análise, apresentarmos os argumentos que nos permitirão, mais adiante, mostrarmos as dificuldades postas para a construção de seu Estado – Nação e se foi mesmo possível,

neste período, tal construção; se existia uma identidade nacional difusa e qual o grau de identificação dos diversos grupos, regiões e classes com esse iminente Estado Nacional.

As elites que conduziram o processo de separação política apresentavam um antagonismo de forças entre si e, principalmente, entre estas e o povo. Os membros dessas elites concordavam plenamente em um ponto: na questão da manutenção da ordem social, estes se empenharam em manter a população em geral fora das tomadas de decisões em relação ao Estado - Nação. ³

Precisamente neste ponto, é interessante levarmos em consideração a concepção dos critérios para a organização das sociedades dentro de Estados-Nações colocados por Hans - Joachim König:

(...) las sociedades organizadas en estados sólo pueden ser consideradas naciones cuando en el curso de su desarrollo han alcanzado determinadas características: un sistema de valores estandarizado, una creciente movilidad y un incremento en la participación política de la población con clara tendencia a la igualdad económica. ⁴

Além dessa falta de convergência das forças políticas para o estabelecimento de uma nova ordem, existia o fato de que os efeitos indiretos, ou diretos, das lutas pela independência foram herdados pelos novos Estados e prolongaram-se, ainda, por décadas. Assim, no México independente, observa-se uma grande insegurança com relação à recuperação da economia, que, fruto de uma década de guerras, apresentava um cenário desolador. Ainda colaborando para o aumento da crise interna pós-independência, observamos a irrupção de uma política regionalista que as autoridades centrais não coíbiam. ⁵ Um exemplo do auge dessa política é o fato da península do Yucatán, a princípio pertencente ao Estado Mexicano, por várias vezes decidiu desanexar-se do mesmo, constituindo-se em um território instável para se estabelecer as fronteiras do México.

Na questão social, a partir da explanação da conjuntura acima, não fica difícil concluirmos que os dirigentes do México independente, ou seja, a elite, pouco ou nada se preocupou com as classes de *abajo*, deixando-os fora da participação política e encerrando-lhes em um cenário de miséria gritante e alijamento social. Em decorrência de tal tratamento, a inquietação social foi um fator constante durante o século XIX e nas

duas primeiras décadas do século XX, que, atrelada às divergências observadas no interior das classes dominantes, contribuiu para estabelecer um cenário político e social explosivo, em que os levantes sociais e as derrubadas de governantes do poder eram constantes.

Acrescente-se a toda essa crise interna mexicana, as longas crises externas decorrentes, principalmente, das várias tentativas de invasão estrangeira, nos quais o México foi sacudido por guerras travadas contra nações poderosas e imperialistas, entre os quais os Estados Unidos da América e a França, que ameaçavam a própria existência deste enquanto país independente, uma vez que as disputas incluíam o desejo de anexação de territórios mexicanos. Um exemplo desta atitude imperialista foi praticado pelo já citado Estados Unidos que, vitorioso na disputa com o México, conseguiu anexar quase metade deste território, mexendo com um fator importante para um Estado Nacional: a questão de suas fronteiras.

Um outro fator importante que deve ser analisado para o caso da formação dos Estados Nacionais Latino-americanos, em particular, do México, é a questão da comunicação interna, fator importantíssimo para a congregação da população em torno de um sentimento de nação, de um projeto nacional. No caso da América Latina, onde as vias férreas demoraram a chegar, observa-se uma maior dificuldade para a consolidação dos Estados Nacionais, de um sentimento de pertencimento a uma determinada coletividade. Essa carência de agrupamento e de diálogo no território mexicano dificultou demasiadamente a construção de uma identidade nacional, de uma *comunidad imaginada* ⁶ onde toda a população se identificasse como pertencendo à nação mexicana. Para Benedict Anderson, entende-se por nação:

(...) una comunidad política imaginada como inherentemente limitada y soberana. Es imaginada porque aún los miembros de la nación más pequeña no conocerán jamás a la mayoría de sus compatriotas, no los verán ni oirán siquiera hablar de ellos, pero en la mente de cada uno vive la imagen de su comunión. (...) se imagina como *comunidad* porque, independientemente de la desigualdad y la explotación que en efecto puedan prevalecer en cada caso, la nación se concibe siempre como un compañerismo profundo, horizontal. ⁷

Assim, a inexistência de estradas suficientes e a precariedade das comunicações, atrelada ao fato do México possuir, à época do período pós-independência, uma grande extensão territorial, dificultava não só a circulação de mercadorias, mas também causava um entrave nas relações entre as populações das localidades mais distantes e o centro político nacional, havendo uma ameaça constante de desmembramento do país, como já exemplificamos com o caso da península do Yucatán. Segundo Maria Lígia Prado, “(...) em 1820, o México possuía apenas três caminhos, e ainda em 1860, o país tinha tão-somente 24 km de estradas de ferro”.⁸

Todo o fator de crise acima colocado para o México independente, em última análise, é visto como uma consequência das disputas das elites pela hegemonia de seus projetos nacionais para a nação, ou seja, uma luta entre estes pelo comando do país. Mas, essa mesma elite, nos momentos extremos de crises nacionais, se uniu em torno de uma bandeira modernizadora, que atribuía importância primordial à economia e à estabilidade política, uma vez que, tanto quanto as ameaças estrangeiras, o desequilíbrio dessas duas forças internas colocava em risco a estabilidade do país e dificultava a efetiva consolidação do Estado Nacional Mexicano.

Portanto, o processo de construção do Estado Mexicano, comandado pelas elites no período pós-independência, não se encontrava solidificado, pois, como foi explanado neste artigo, havia constantes crises internas e externas, tal como as questões territoriais, econômicas, políticas e, principalmente, sociais, onde a grande população, constituída em sua maioria por camponeses e índios, não possuía um sentimento de identidade nacional mexicana.

O PERÍODO PORFÍRIANO (1876-1910)

Neste segundo momento, objetivamos analisar a conjuntura política, econômica e social do Período Porfiriano e se foi possível a consolidação de um Estado - Nação capaz de agregar não apenas os ideais elitistas, mas também populares, efetivando a idéia de um Estado Nacional Mexicano. Mas será que Díaz conseguiu concretizar a construção da nação mexicana?

A partir de 1876, com a eleição do general Porfírio Diaz para presidente da República (1876/1880-1884/1910), o México entra em um período de mudanças relevantes no âmbito político, social e econômico. Com a ascensão deste ao poder se instaurou uma ditadura, por vezes, violenta, por vezes, cheia de arranjos políticos, buscando agradar alguns setores da sociedade para sustentar-se no poder, especialmente à Igreja, o Exército e os latifundiários, conhecidos pela historiografia como o triunvirato diabólico.

As vozes oposicionistas ao governo ditatorial de Porfírio, afirmavam que este, com o auxílio desse triunvirato diabólico,

(...) habrán llevado al pueblo a la ignominia y lo habrán envilecido; le habrán chupado todas sus riquezas y dejado en la más absoluta miseria; habrán causado la bancarrota de nuestra Patria, que débil, empobrecida y maniatada se inerme para defender sus fronteras, su honor y sus instituciones.⁹

No cenário de crises internas e externas, o fortalecimento da figura de Porfírio Diaz foi primordial na construção do Estado Nacional Mexicano almejado pela elite dirigente: aumento do poder desta e marginalização dos menos favorecidos. Este presidente, através do fortalecimento econômico e da estabilização das disputas internas e externas do país, iniciou a consolidação do Estado - Nação do México, alicerçado sob os pilares elitistas, privilegiando esta parcela da sociedade e marginalizando a grande população.

Porfírio Diaz conseguiu destacar-se popularmente depois da guerra contra os franceses, empreendendo a partir daí uma dura oposição ao governo de Benito Juárez, até conseguir derrotá-lo. No seu primeiro mandato (1876/1880), Porfírio Díaz levou o país a alcançar certa estabilidade econômica e uma relativa atenuação das crises internas e externas. Com relação à estabilidade econômica do país, o presidente o conseguiu, através da abertura do país ao capital estrangeiro, que teve influência em todos os setores econômicos com os investidores estrangeiros atuando no país inteiro. Essa foi uma característica forte e atuante da política econômica durante todo o Período Porfiriano.

O capital internacional se constituiu numa das mais importantes bases do governo de Porfírio Díaz, dominando a produção mineira, a exploração petrolífera, a construção das estradas de ferro, dentre outros setores importantes da economia.

O capital estrangeiro foi acolhido desse modo por Díaz até que dominou a vida econômica da nação. Os norte-americanos e os britânicos eram donos de poços petrolíferos e das minas. Os franceses controlavam a maioria da crescente indústria têxtil e muitas das grandes lojas. Os alemães controlavam o comércio de ferragens e drogaria. (...). Os mexicanos, inexperientes em tecnologia moderna, eram efetivamente estrangeiros na sua própria terra.¹⁰

O trato dado por Porfírio Díaz no que diz respeito à solução das crises internas, tanto políticos quanto sociais, é observado no fato de que este buscou mascarar os conflitos entre as classes sociais, buscando constantemente um apaziguamento dessas relações, muitas vezes conseguidos através de violentas repressões, liquidando mesmo seus opositores através da força governamental. A chamada política do “dividir para governar” foi bastante aplicada por Díaz. Este retirou do poder os antigos “caciques” locais, fieis aos seus antecessores políticos, e os substituiu por adversários com origem social pertencente a sua, obtendo certa legitimidade por parte destes. Para a eminente classe média, Porfírio concedeu-lhes alguns benefícios políticos, alimentando as suas esperanças de, em pouco tempo, poderem alcançar o poder.¹¹

Ainda buscando estabelecer certa estabilidade interna, Diaz preferiu não entrar em conflitos abertos com a Igreja Católica, não desenvolvendo os projetos anticlericais de seus antecessores políticos. Mas, novamente na história do México, a grande população foi deixada à margem dos processos de participação política, econômica e social. Porfírio Díaz, como mencionado anteriormente, buscou agradar as elites nacionais, o Exército, a Igreja Católica e os investidores estrangeiros, mas a população de camponeses pobres e índios foram, mais uma vez, mantida de fora do desenvolvimento nacional.

Para a política externa, Porfírio procurou manter relações diplomáticas com os países europeus, destacando-se a França e os Estados Unidos. Este continuava desejando a anexação de mais territórios mexicanos, recusando-se a reconhecer a legitimidade do governo de Díaz. Mas, esse impasse diplomático com os Estados

Unidos, foi resolvido com os constantes investimentos dos empresários norte-americanos no México.

Em 1884 Porfírio Díaz foi reeleito, permanecendo no poder até 1910. A situação do país havia melhorado e observava-se um grande desenvolvimento econômico. Para muitos intelectuais da época essas transformações econômicas criaram as bases para a consolidação progressiva do México como Estado moderno e independente, nos moldes da Europa ou dos Estados Unidos.¹²

Esta estabilidade interna do Estado mexicano, a chamada *Pax Porfiriana*, foi alcançada, dentre outros fatores, pelo contínuo fluxo dos investidores estrangeiros, pelo grande controle da imprensa oficial e a ilegalidade dos opositoristas do governo ditatorial e, principalmente, pela marginalização e repressão das agitações e dos anseios populares. O investimento na melhoria de vida da grande população foi limitado ou quase nulo, contribuindo para o aumento do contingente de pessoas miseráveis. A política de desapropriação das terras camponesas aumentou o empobrecimento da população, a mão-de-obra disponível e, conseqüentemente, os conflitos de classe, aumentando ainda mais os antagonismos entre pobres e ricos, engendrando um cenário de luta que viria abalar a *Pax Porfiriana* e mesmo a derrubar a ditadura de Porfírio Díaz.

Na primeira década do século XX, juntamente com a agitação social, começaram a se levantar os grupos que, a principio, se beneficiavam com os privilégios do governo de Porfírio. Estes passaram a observar, dentre outras coisas, que o país entrava em uma depressão econômica e começaram a ter uma maior disponibilidade de conflito com o governo e a pensar em mudanças políticas no âmbito nacional e regional. A convergência das forças opositoristas, seja da elite, liderada por Francisco Madero, ou das classes populares, liderados por Emiliano Zapata e Pancho Villa, tinham um claro ideal: derrubar a ditadura porfiriana e abrir novas perspectivas políticas para o país. Podemos visualizar esses objetivos no Plano de San Luis Potosi, elaborado por Madero:

Los pueblos, en su esfuerzo constante porque triunfen los ideales de libertad y justicia, se ven precisados en determinados momentos históricos a realizar los mayores sacrificios. Nuestra querida Patria ha llegado a uno de esos momentos: una tiranía que

los mexicanos no estábamos acostumbrados a sufrir, desde que conquistamos nuestra independencia, nos oprime de tal manera, que ha llegado a hacerse intolerable. En cambio de esta tiranía se nos ofrece la paz, pero es una paz vergonzosa para el derecho; porque no tiene por objeto el engrandecimiento y la prosperidad de la Patria, sino enriquecer un pequeño grupo que, abusando de su influencia, ha convertido los puestos públicos en fuente de beneficios exclusivamente personales, explotando sin escrúpulos las concesiones y contratos lucrativos.

Em um outro momento, o Plano estabelece alguns dos objetivos dos revolucionários:

[...] 1º Se declaran nulas las elecciones para Presidente y vicepresidente de la República.(...) 2º Se desconoce al actual Gobierno del general Díaz, así como a todas las autoridades cuyo poder debe emanar del voto popular.(...). 3º (...) Abusando de la ley de terrenos baldíos, numerosos pequeños propietarios, en su mayoría indígenas, han sido despojados de sus terrenos.(...) Siendo de toda justicia restituir a sus antiguos poseedores los terrenos de que se les despojó de un modo tan arbitrario (...) y se les exigirá a los que los adquirieron de un modo tan inmoral, o a sus herederos, que los restituyan a sus primitivos propietarios, a quienes pagan también una indemnización por los perjuicios sufridos. 4º Además de la Constitución y leyes vigentes, se declara Ley Suprema de la República el principio de NO REELECCIÓN (...).¹³

Com a derrocada do poder de Porfírio Díaz e o início da Revolução Mexicana em 1910, emergiram novos ideais na sociedade mexicana sobre as quais o Estado Mexicano viria a se estruturar no decorrer do século XX.

CONCLUSÃO

No México, do período que vai da proclamação de sua independência até 1910, não há uma preocupação por parte das elites dirigentes em procurar consolidar um Estado Nacional de baixo para cima. Segundo König, para a organização das sociedades em estados, as elites dirigentes são consideradas atores decisivos. “Son ellas, (...), las que pueden iniciar la movilización, pero también las que pueden impedir que la participación política y económica crezca, bloqueando así la transformación nacional”.¹⁴

Nesta perspectiva, portanto, observa-se no México, no período que vai de 1821 até 1876, que suas elites dirigentes não buscaram unirem-se em torno da elaboração de um projeto que viesse a consolidar o Estado Mexicano, fator perceptível nos vários momentos de crise, analisados anteriormente. Estes problemas estavam relacionados, principalmente, a falta de convergência das forças políticas dessas elites, e também, pela decisão dessas em não permitir que o povo tomasse parte na condução da Nação, contribuindo, cada vez mais, para que essa população não se sentisse fazendo parte de uma coletividade imaginada chamada México. Portanto, nesse primeiro período da história mexicana, não é possível falarmos de um Estado Nacional consolidado, uma vez que não houve nem mesmo a elaboração de um projeto para tal finalidade.

Da análise do segundo momento (1876-1910), conclui-se que o general Porfírio Díaz, através da sua atuação nos campos político e econômico, buscou dar andamento ao projeto dessa consolidação do Estado Mexicano, conseguindo estabelecer a idéia de uma Nação para o México. Mas, ao analisarmos melhor o período Porfiriano, veremos que Díaz, na realidade, consolidou um Estado no México para congregiar as elites, ficando o povo, mais uma vez, fora dessa construção nacional. Neste ponto, é bastante clara a política de Porfírio Díaz em não permitir que essa classe *de abajo* se sentisse agregada a esse Estado, não lhe interessando tal participação, ficando explícito em sua política estabelecida para lidar com a grande população e obtendo um largo apoio do restante das elites, que compartilhavam os mesmos interesses de Díaz para com o povo.

Assim, trata-se da concretização de um Estado para as elites, uma vez que são elas que se sentem agregadas em uma nação, como pertencendo a essa sociedade mexicana e identificada com os símbolos criados para representar a nação, como por exemplo, um mesmo hino, a mesma bandeira, uma mesma língua, uma mesma cultura, um sentimento de segurança com relação à economia do país, entre outros. Todo esse imaginário estava colocado para as elites, e não para o povo, pois aquelas não buscaram, ou não permitiram, pelo menos durante os dois primeiros momentos aqui analisados, que a população se sentisse fazendo parte do Estado Nacional Mexicano.

NOTAS

¹ PRADO, Maria Ligia. *A formação das nações latino-americanas*. 3ª edição. São Paulo: Atual, 1987, p. 22.

² KONIG, Hans Joachim. *En el camino hacia la nación. Nacionalismo en el proceso de formación del Estado y de la nación de nueva Granada, 1750-1856*. Bogotá: Banco de la República, 1994. Primeira parte, p.p. 31-38.

³ PRADO, Maria Ligia, *op.cit.*, p. 22.

⁴ KONIG, Hans Joachim, *op. cit*, p. 36.

⁵ TIMOTHY, Anna. *A Independência do México e da América Central*. In: BETHEL, Leslie. (org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. Volume III. Tradução: Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, p. 118.

⁶ Sobre a análise do significado de *comunidade imaginada* ver ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas-Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993 e HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A Ed., 1997, p.p. 55-62.

⁷ ANDERSON, Benedict, *op. Cit.*, pp. 23 e 25.

⁸ PRADO, Maria Ligia, *op. cit.* , p. 23.

⁹ Plano de San Luis Potosi. HERZOG, J.S. *Breve Historia de la Revolución Mexicana*. Volume I. México: Fondo de Cultura Económica, 1972, p. 167.

¹⁰ Aquino, Jesus, Oscar, *Historia das sociedades americanas*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2004, p.p. 535 e 536. Apud HERZOG, J.S. *Breve Historia de la Revolución Mexicana*, volume I, Fondo de Cultura Económica, 1972, p.378.

¹¹ KATZ, Friedrich. *O México: A República Restaurada e o Porfiriato, 1867-1910*. In: BETHEL, Leslie. (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. Volume IV. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002, p.p. 41 e 42

¹² KATZ, Friedrich, *op. cit*. p. 57.

¹³ Plan de San Luis Potosi. HERZOG, J.S., *op. cit.*, p.p. 157,162 e 163.

¹⁴ KONIG, Hans Joachim, *op. cit*, p. 36.

9

11

12